



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

EDUCAÇÃO INFANTIL EM SERGIPE – A HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA MUNICIPAL JOSÉ GARCEZ VIEIRA

Ana Paula dos Santos; Helma de Melo Cardoso; Maria Heloísa de Melo Cardoso

Universidade Federal de Sergipe/ UFS - anapaulaufs@gmail.com

Resumo: Em Sergipe, assim como em outros Estados do país, as instituições pré-escolares surgiram mediante a necessidade do atendimento assistencialista para a criança e sua família. O ideal de educação para a criança emergiu no Estado a partir de discussões acerca dos princípios escolanovistas que vinham norteando a implantação de instituições educativas e a ampliação do atendimento infantil, sobretudo nos Estados mais desenvolvidos do país. Em princípio, os estabelecimentos existentes eram voltados para a preocupação com a saúde, alimentação, higiene e sobrevivência, considerando os problemas de saneamento urbano e moléstias que afetavam a saúde da criança, resultando em altos índices de mortalidade infantil. A criação do Jardim de Infância em Sergipe era uma novidade inspirada nas novas vertentes da pedagogia brasileira que esteve associada à fundação de uma Inspeção de Higiene Infantil e Assistência Escolar, constituindo o projeto de edificação da “Casa da Criança de Sergipe”, no início da década de 1930. O objetivo desse artigo é analisar a trajetória histórica do primeiro Jardim de Infância Municipal de Aracaju, “José Garcez Vieira”. Inaugurado no dia 10 de novembro de 1944, “O Jardim do Centro Municipal de Assistência à Criança”, assim chamado inicialmente, tinha como finalidade atender a uma parcela da população quase que totalmente excluída das poucas políticas públicas de educação infantil em Aracaju.

Palavras-chave: História da Educação - Jardim de infância - Sergipe.

Introdução

A pesquisa voltada para o estudo da educação infantil tem, nas últimas décadas, despertado o interesse dos historiadores da educação. Esta temática se insere nas variedades de abordagens proporcionadas pelo paradigma da Nova História Cultural que, no Brasil, vem se tornando um campo fértil.

Esse trabalho faz parte de uma pesquisa que se encontra em fase de andamento, e que tem como objetivos: analisar a história do Primeiro Jardim de Infância Municipal de Aracaju “José Garcez Vieira”; Identificar os motivos que levaram a criação do Jardim de Infância; Compreender que tipo de criança passou a ser atendida na década de 1940; Discutir o atendimento educacional e assistencialista que passou a ter a criança sergipana nas primeiras décadas do século XX.

Os estudos produzidos e defendidos no Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGED/UFS, como “O programa nacional de educação pré-escolar em Sergipe”, defendido em 2003, por Ilná Andrade Lobo, “O Primeiro Jardim de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Infância de Sergipe: contribuição ao Estudo da Educação Infantil (1932-1942)”; por Rita de Cássia Dias Leal, em 2004, “Uma maneira de proteger e educar: a casa maternal Amélia Leite (1947-1970)”, por Solyane Silveira Lima, em 2009, Alessandra Barbosa Bispo, (2007), nos serve como “Guias”, para uma melhor compreensão desse estudo, no estado de Sergipe.

A partir do século XVIII, em meio às profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que cimentavam as bases materiais e simbólicas da emergente sociedade capitalista, as instituições de educação para as crianças começaram a surgir na Europa no final do século XVIII, propagando-se por meio de uma circulação de pessoas e ideias. Criadas para atender as crianças pobres e as mães trabalhadoras, desde o início se apresentaram como primordialmente educacionais.

A ideia de Jardim de Infância, todavia, gerou muitos debates entre políticos na época. Muitos criticavam por identificá-las como salas de asilo francesas, entendidos como locais de mera guarda das crianças. Outros a defendiam por acreditarem que trariam vantagens para o desenvolvimento infantil, sob a influência dos escolanovistas.

No século XX, formularam-se os seus direitos básicos, reconhecendo-se, com eles, que a criança é um ser humano especial, com características específicas, e que tem direitos próprios. A infância tornou-se uma questão urgente para o Estado e para as políticas não governamentais, para o planejamento econômico e sanitário, para os legisladores, psicólogos educadores e antropólogos.

Destacamos que as concepções de criança, infância e Educação Infantil são construções sociais formadas ao longo da vida. É importante destacar que, essas concepções nem sempre expressam os mesmos significados. Elas carregam “histórias, ideias, representações, valores, modificam-se ao longo dos tempos e expressam aquilo que a sociedade entende em determinado momento histórico por criança, infância, educação, política de infância e instituição de Educação Infantil” (KRAMER, 1999, p. 207).

A preocupação com o atendimento às crianças de idade pré- escolar, teve impulso com a expansão no Brasil de uma nova concepção que nas décadas de 1920 e 1930 foi chave para a ação do Estado e da sociedade. No tocante à criação e melhoria das instituições que atendiam a infância, essa concepção nova tinha por prioridade: levar em conta as necessidades da criança, incentivar sua aprendizagem e seu desenvolvimento psicológico e social que passou a serem somados aos objetivos de assistência médico-higienista, até então presentes.

No Brasil, esta visão assistencialista do atendimento de crianças de 0 a 6 anos, desobrigou o Estado da responsabilidade de tomar para si o compromisso com a educação, contribuindo para que se consolidasse a ideia de que a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

creche é destinada aos pobres e, os berçários e a pré-escola para as crianças mais abastadas. Para o Estado restou apenas supervisionar e subsidiar as entidades que atendiam crianças desfavorecidas socialmente.

Historicamente o cuidado e a educação da primeira infância apareceram inicialmente como responsabilidade da família com destaque para a mãe, porém, com as mudanças no mundo do trabalho – em especial, pela inserção da mulher no mercado de trabalho – a educação das crianças foi, pouco a pouco, assumida por instituições não familiares como a creche e a pré-escola tornando-se uma das principais demandas e necessidades das mulheres e famílias trabalhadoras. Vista sob esta ótica, a inserção da Educação Infantil no sistema educacional brasileiro, pode ser considerado um avanço, principalmente, para as mulheres e famílias trabalhadoras.

Se os anos 70 voltaram-se para a mulher, nos anos 80, essa mesma mulher voltou-se para as crianças. Foram, em geral, as feministas intelectualizadas de classe média, e que eram contra a ditadura, que passaram a pesquisar sobre a infância e a assessorar os governos progressistas que, atendendo às reivindicações prometeram creches nas suas campanhas eleitorais. (FARIA, 2002, p.25).

O primeiro jardim de infância brasileiro foi o do Colégio Menezes Vieira, no Rio de Janeiro, fundado em 1875. Uma instituição particular que atendia crianças da elite, entre 5 e 7 anos de idade, com atividades voltadas à ginástica, pintura, desenho, exercícios de linguagem e de cálculo, escrita, história e religião. (KISHIMOTO, 1988, p. 91).

Em 1877, na Escola Americana, foi inaugurado o primeiro jardim de infância de São Paulo, também particular, pautado nos estudos americanos realizados pelos educadores protestantes que acreditavam na eficiência de uma metodologia inovadora para as crianças. Os dois primeiros jardins no Brasil adotavam a concepção froebeliana como organização das suas práticas e contribuíram para a implantação do jardim de infância público, fundado já no período republicano, em 1896, o jardim de infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo.

O atendimento à infância no Brasil, desde a sua origem foi destinado à atenção ampla para a criança, no que diz respeito ao cuidado, educação e desenvolvimento físico, psicológico e social. A preparação para a sociabilidade, presente nas propostas dos jardins implica um processo de transmissão de valores que constitui a função social das instituições escolares.

Segundo Kramer (1982), as vertentes pedagógicas da educação pré-escolar, destacam a influência de pedagogos como Froebel, Decroly e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Montessori, que fundamentam, a partir de uma tendência “romântica”, a origem do Jardim de Infância. Essa tendência entende a pré-escola como jardim onde as crianças são “plantinhas” ou “sementes” que devem ser cultivadas. Para Froebel², por exemplo, o caráter lúdico é determinante para a aprendizagem, onde as atividades levam ao conhecimento. É uma tendência incorporada no Brasil, sendo até hoje difundida e aplicada.

Em 1927, o governo brasileiro consolidou todas as leis existentes a respeito da assistência e proteção à infância, criando assim o primeiro Código de Menores. Essa legislação foi o resultado de décadas de lutas, sempre mais intensas, para proteger as crianças pobres de doenças, das precárias condições de sobrevivência e daquilo que alguns acreditavam ser falta de informação e superstição de suas mães. Foi também a consequência de repetidos esforços no sentido de combater o crescente problema da delinquência juvenil. Instituições de caridade, tanto públicas quanto privadas, foram criadas nas primeiras décadas do século XX em resposta a essas mesmas preocupações. Muitos homens e mulheres das classes médias altas julgavam que o governo deveria intervir na sociedade e na vida familiar para proteger os menores e suas mães, sob o pretexto de assegurar a riqueza e o progresso da nação brasileira. Essa intervenção variava numa escala que ia desde a criação de programas de vacinação até concursos de robustez. À medida que higienistas e eugenistas⁵ elevavam a ciência da saúde física e moral a um novo patamar de urgência, uma multidão de especialistas em medicina e assistência social propunha-se a instruir as mães nos princípios básicos de saúde e higiene. Organizaram-se, então, instituições especialmente destinadas a oferecer assistência médica às mulheres e seus filhos.

A partir do século XIX, associado ao desenvolvimento dos saberes médicos, difundiu-se com cada vez maior ênfase a necessidade do aleitamento materno, seja numa perspectiva do aleitamento materno, seja numa perspectiva de controle das relações de afeto nucleadas na família, seja na perspectiva higienista/eugenista de não contaminação do leite mercenário, levando – se em conta o controle da saúde pública na maneira como concebido na época. (VEIGA, 2004, p.53).

A campanha em prol da assistência à infância ganhou considerável espaço na sociedade brasileira, subordinando a maioria das questões sociais, econômicas e políticas da época. De fato, para muitos médicos, políticos e advogados, o futuro da ordem social brasileira parecia depender da capacidade do governo de resolver efetivamente o problema da infância. O crescente interesse em torno da criança no Brasil também pode ser atribuído, pelo menos em parte, à organização no início do século XX de congressos promovidos pelo movimento pan-americano. Esses encontros criaram um espaço internacional para troca de informações, ideias e debates, além de exercerem



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

considerável pressão política, que resultou na criação de novas leis sobre a infância.

No Brasil, o atendimento pré-escolar passou a contar com a participação do setor público, a partir de 1930, com a melhoria das instituições que atendiam à infância, vinculada a diferentes ministérios, que passaram a desenvolver trabalhos de caráter médico, assistencial e psicológico, com objetivos de uma assistência médico-higienista.

Segundo Kuhlmann (1999), a segunda metade do século XIX e início do XX foram marcados pela crença no progresso e na ciência, fazendo com que as nações ocidentais se adaptassem aos novos instrumentos e processos produtivos. Houve desse modo, uma organização racional dos serviços de assistência, que tinha uma intenção educativa, desenvolvida no interior das instituições de educação popular, jurídica e sanitária. As tendências da valorização a infância aconteceram a partir do desenvolvimento científico e tecnológico, sendo privilegiadas instituições “como a escola primária, o jardim de infância, a creche, os internatos reorganizados, os ambulatórios, as consultas as gestantes e lactantes, as Gotas de Leite” (KUHLMANN 1999, p. 28).

Em Sergipe, assim como em outros Estados do país, as instituições pré-escolares surgiram mediante a necessidade do atendimento assistencialista para a criança e sua família. O ideal de educação para a criança emergiu no Estado a partir de discussões acerca dos princípios escolanovistas que vinham norteando a implantação de instituições educativas e a ampliação do atendimento infantil, sobretudo nos Estados mais desenvolvidos do país. Em princípio, os estabelecimentos existentes eram voltados à preocupação com a saúde, alimentação, higiene e sobrevivência. Eram assim considerados os problemas de saneamento urbano, higiene e moléstias que afetavam a saúde da criança, resultando em altos índices de mortalidade infantil.

Os estudos realizados em outros países, como nos Estados Unidos, acerca dos novos métodos ativos foram difundidos no contexto educacional brasileiro por intermédio de Anísio Teixeira, Lourenço Filho e os membros integrantes do Movimento da Escola Nova, nas primeiras décadas do século XX.

Com esta iniciativa, o Estado destacou-se nacionalmente, à medida que favoreceu a ampliação do atendimento à criança sergipana na tentativa de superar as necessidades educacionais, morais e de saúde. A diligência pública concretizou as propostas de educação pré-escolar com a criação da “Casa da Criança de Sergipe”. O estabelecimento reproduzia na sua instalação, um modelo presente no Brasil na década de 1930 e representava uma novidade inspirada nas novas vertentes da pedagogia brasileira.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Construção da História do Jardim de Infância Municipal José Garcez Vieira

No dia 10 de novembro de 1944 foi inaugurado o primeiro Jardim de Infância Municipal de Aracaju, o Centro Municipal de Assistência à Criança. Numa solenidade concorrida, com a presença do Interventor Federal. Augusto Maynard Gomes e diversas autoridades, o prefeito José Garcez Vieira cortou a fita inaugural e conduziu os presentes para as modernas e amplas dependências do jardim. Sobre esse acontecimento expressivo para a sociedade sergipana assim se expressou o Sergipe Jornal:

A criação do Jardim de Infância em Sergipe foi oficializada através do Decreto¹ nº 75, de 21 de março de 1945, que instituiu e alicerçou o seu reconhecimento como instituição pioneira na educação pré-escolar municipal na capital sergipana.

Art. 1º. Fica instituído nesta capital o “Centro Municipal de Assistência à Criança”, constituído de um Jardim de Infância e de um Posto Puericultura, uma Biblioteca infantil e Grupo Escolar.

Art. 2º O Jardim de Infância, dentro de sua precípua finalidade pedagógica e social, deverá realizar a educação da criança em idade pré-escolar. Estabelecerá relação entre a criança e o mundo exterior, proporcionando-lhe destarte um ambiente propício à educação, para que possa desenvolver-se física, moral e mentalmente, sem esforço nem constrangimento. Art. 3º O Jardim de Infância destina-se ao ensino pré-primário, ou seja, ao preparo de crianças para a escola primária, de 4 a 6 anos, em 2 anos, divididos em períodos de 8 meses, incluídas as férias, por exercícios apropriados que visem desenvolver o espírito de observação e formar hábitos mentais sociais e higiênicos.

Apesar de a instituição ser idealizada para atender as crianças da camada popular do bairro Siqueira Campos, seu atendimento beneficiava as crianças das classes privilegiadas, os mais fortes, saudáveis e bem posicionados socialmente. O próprio Decreto que instituiu o funcionamento do Jardim previa um atendimento selecionado, onde somente algumas crianças da sociedade seriam selecionadas, conforme os artigos transcritos neste documento.

A matrícula no Jardim de Infância do Centro Municipal de Assistência à Criança obedecia a alguns pré-requisitos que sustentavam a ideia de uma instituição para alguns privilegiados, os que tinham boas condições e status social baseadas nos padrões éticos, morais e de saúde perfeita. Não era qualquer criança que poderia matricular-se no Jardim de Infância para os filhos dos operários. As exigências para o ingresso na instituição eram claras no sentido de que não poderiam se matricular crianças com princípio de leitura e cálculo. Visto que, assegura-se a ideia de que era o Jardim que iria cumprir o papel de ensinar as primeiras letras.



As considerações feitas sobre o papel social e educativo dos jardins de infância são abordadas neste trabalho partindo dos princípios froebelianos e montessoriano dando ênfase aos aspectos que caracterizam a origem dessas instituições. Educação, instrução e preparação do espírito conduziam os estudos de Friedrich Froebel,² que acreditava no jardim de infância como instrumento de preparação para a vida social e intelectual, desde a idade infantil. Os ideais de inovações educativas para a formação da criança, sobretudo acerca da ideia froebeliana de jardim de infância (kindergarten), fundamentaram as propostas e a atuação do Jardim de Infância em Sergipe.

As observações sobre a metodologia aplicada no jardim de infância mostraram também a presença dos ideais de Maria Montessori no tocante à prática lúdica e ao estímulo da imaginação infantil a partir das brincadeiras e do diálogo. O método “montessoriano” foi um dos quais influenciou as práticas nesta instituição. As atividades atribuídas às crianças, a liberdade nas atividades realizadas, davam sentido à preparação para a vida social e ao desenvolvimento das habilidades psicológicas.

Os jardins de infância apresentavam rotinas pedagógicas que demonstravam a preocupação com a saúde física e mental dos alunos. Havia a organização das ações cotidianas, distribuídas e dirigidas pelas professoras em momentos de atividades em sala de aula, recreação, merenda, repouso e higiene física – lavar as mãos, escovar os dentes. Dentro desta rotina, cabia espaço para as atividades de passeios, lazer, exercícios físicos e aos cuidados com a saúde, clínica e odontológica.

A faixa etária atendida pelo Jardim era de 4 a 6 anos e a procura era muito grande. Trabalhos com manipulação e linguagens eram muito frequentes. Uma das coisas que mais se fazia era contar histórias. Algumas delas eram depois dramatizadas.

As pequenas peças teatrais contavam com muita criatividade dos professores que tudo improvisava: cenários com caixas de sapato, caixotes de geladeira e fogão, etc. As meninas eram estimuladas a ajudar as mães nas tarefas domésticas e por isso havia a casa de bonecas com quase todo o mobiliário em miniatura. De acordo com D. Lúcia³ Melo, “Até havia o fogãozinho para orientar a criança no dia-a-dia junto às mães”.

O cotidiano do Jardim de Infância era muito organizado, dentro de todos os padrões tradicionais de um jardim de infância modelo. Havia um cronograma semanal de atividades. Em cada semana, em cada horário se sabia o que seria feito. A hora da história, do drama, da colagem, do recorte, da pintura, do passeio, etc. As professoras se reuniam com frequência para que tudo pudesse ser organizado, planejado, com muito cuidado e antecedência controlado pela diretora.



Considerações Finais

A trajetória das creches e escolas maternas foi marcada pela tradição assistencial, destinada às crianças das famílias pobres. Dessa forma, em nosso país, enquanto modalidade de guarda diária de crianças pequenas, as creches surgiram para atender às necessidades do trabalho feminino industrial, respondendo assim a questões como o abandono, a desnutrição, a mortalidade infantil, a formação de hábitos higiênicos e a moralização das famílias operárias.

Os jardins de infância ou escolas infantis originaram-se no âmbito público governamental a partir de algumas iniciativas particulares. Sua expansão foi lenta e gradual até os anos 1970, apesar de um início de crescimento nos anos 1950 com a criação das classes de pré-primário, anexas aos estabelecimentos de ensino fundamental.

A criação do Jardim de Infância em Sergipe era uma novidade inspirada nas novas vertentes da pedagogia brasileira e esteve associada à fundação de uma Inspeção de Higiene Infantil e Assistência Escolar, constituindo o projeto de edificação da Casa da Criança. Esta realização contemplava as iniciativas presentes nos estabelecimentos escolares de atendimento a crianças, diante da ampliação das discussões sobre a infância e acerca da saúde e organização da sociedade.

A partir dos anos de 1960, houve grandes mudanças de modelo e de assistência à infância abandonada. Começava a fase do Estatuto do Bem-Estar, com a criação da FUNABEM (1964), constituição Cidadã, assim inseriam-se em nossa sociedade os Direitos Internacionais da Criança, proclamados pela ONU nos anos de 1950. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diante de todas essas transformações, enfim, o Estado assume sua responsabilidade sobre a assistência à infância e à adolescência desvalidas, e estas se tornam sujeitos de Direito, pela primeira vez na História.

Nos anos de 1960 e 1970, vislumbramos o aumento da taxa de trabalho feminino, consequência de variadas alterações sociais, leva a uma procura cada vez maior dos serviços para a infância, verificando-se assim uma expansão das creches e jardins de infância de natureza privada e assistencial. O que então se privilegiava era a guarda das crianças, em detrimento de preocupações pedagógicas ou de respeito pela individualidade das crianças, característica que ainda hoje pesa nas instituições privadas de solidariedade social.

O Jardim de Infância José Garcez Vieira, representou o pioneirismo na educação infantil municipal de Aracaju, no sentido de socialização, formação psicológica, moral e cívica, sobretudo no que concerne à preparação para a instrução primária.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A atuação do referido Jardim contribuiu com a História da Educação Municipal de Aracaju, com mais de 60 anos de atuação ininterruptos, atendendo às tendências educacionais do país, à época, e contribuindo com a multiplicação e oficialização de instituições de ensino, concretizando a implementação da educação infantil municipal em Sergipe.

NOTAS

1. DECRETO – LEI n. 75 de 21 de março de 1945. Este decreto instituiu o Centro Municipal de Assistência à Infância do qual o jardim, inaugurado em 10 de novembro de 1944, fazia parte.
2. Friedrich Froebel nasceu em Oberweissbach, na Alemanha. Seu pai era pastor e ensinou-lhe a ler, escrever e calcular, e exerceu uma forte influência religiosa em sua formação. Froebel era protestante; com seus estudos e curiosidades organizou suas concepções educacionais, enfatizando os aspectos da natureza, da religiosidade e da formação social do homem. Sua filosofia educacional norteou novas organizações na educação da infância como fase de preparação para a vida adulta. Um dos principais requisitos das ideias de Froebel é que a criança deve ter a mente ativa e livre; a aprendizagem deve partir do conhecimento que ela já possui. Os estudos, a formação e os princípios do teórico, conduziram à idealização do Kindergarten (jardim de infância), onde todos os princípios estudados por ele seriam postos em prática, com vistas à formação e educação da criança de até 6 anos de idade. Friedrich Froebel também é considerado um grande influenciador do movimento Escola Nova. Concebia a criança como um ser divino, universal, uma semente de Deus. Ver mais em Arce (2004).
3. Lúcia Melo Dantas. Professora desde 1946 e diretora em 1956 e de 1959 a 1973, entrevista concedida à autora, em 11 de maio de 2004.

Referências Bibliográficas

- ARCE, Alessandra. (Re)colocando o ensino como eixo norteador do trabalho pedagógico com crianças de 4 a 6 anos. In: ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (Org.). **Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil?** Campinas: Editora Alínea, 2010. p. 13-36.
- BISPO, Alessandra Barbosa. **A educação da Infância pobre em Sergipe: a cidade de menores Getúlio Vargas (1942-1974)**. Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão, SE, UFS, NPGED, 2007. (Dissertação de Mestrado).
- BONIFÁCIO, Nadja Santos. **Acolher, evangelizar e educar: contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para a educação feminina em Aracaju (1914-1952)**. São Cristóvão, SE, UFS, NPGED, 2007. (Dissertação de Mestrado).
- CAMPOS, Malta Maria; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel Morsoleto. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo, Cortez/FCC, 1993.
- CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A Pedagogia do internar: uma abordagem das práticas culturais do Internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967)**. São Cristóvão, SE, NPGED, UFS, 2007. (Dissertação de Mestrado).
- DANTAS. Ibarê. **História de Sergipe: República (1989-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 2004.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33 – 96.

FARIA, Ana Lucia Goulart de. **Educação pré-escolar: para uma pedagogia da educação infantil – 2ª Ed**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org) **A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar de. Para uma sociologia histórica da infância no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 11-18.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **História da Educação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira; SOUZA, Josefa Eliana; SANTOS, Betisabel Vilar de Jesus. **A cartilha do barnabé: a educação pública municipal no governo Conrado de Araújo (1959-1963)**. PMA-SEMED, (Coleção História da Educação Municipal de Aracaju) 1996.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, Autores Associados, SBHE, n.1, jan./jun. 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo: 1877 a 1940**. São Paulo: Loyola, 1988.

_____. Os jardins de infância e as escolas maternas de São Paulo no início da República. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.64, p.57-60, fev.,1988.

KUHLMANN Jr., M. As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Infância e educação (1820-1950): comparação e classificação. In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (orgs.). **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 185-197.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar: a arte do disfarce**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Infância e produção cultural. Campinas: Papyrus, 1999.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

LEAL, Rita de Cássia Dias. **O primeiro jardim de infância de Sergipe: contribuição ao estudo da educação infantil (1932-1942)**. São Cristóvão, SE, Universidade Federal de Sergipe, UFS, NPGED, 2004, (Dissertação de Mestrado).

LIMA, Ana Paula dos Santos. As Práticas de Educação Infantil no Primeiro Jardim de Infância Municipal de Aracaju – José Garcez Vieira. In: **Anais do II Seminário Internacional de Educação: a pesquisa em educação dilemas e perspectivas**. NPGED. CD-ROM. São Cristóvão, SE: UFS, 2006.

_____. **Nos Caminhos da História da Educação Infantil em Sergipe: O Primeiro Jardim de Infância Municipal de Aracaju José Garcez Vieira**. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. COLUBHE. CD- ROM. Uberlândia, MG: UFU, 2006.

LIMA, Solyane Silveira. Uma maneira de proteger e educar: A Casa Maternal “Amélia Leite” (1947-1970). São Cristóvão: SE, Núcleo de Pós-Graduação em Educação, NPGED, Universidade Federal de Sergipe, 2009. (Dissertação de Mestrado).

LIMA, Solyane Silveira. 'Um trabalho social amplo, profundo e de sentido muito mais humano': A Casa Maternal Amélia Leite. In: Miguel André Berger. (Org.). **Infância e Instituições Educativas em Sergipe**. 1ª ed. Fortaleza: UFC, 2012, v. 1, p. 133-160.

LOBO, Ilná Andrade. **O programa nacional de educação pré-escolar em Sergipe**. São Cristóvão: SE, Núcleo de Pós-Graduação em Educação, NPGED, Universidade Federal de Sergipe, 2003. (Dissertação de Mestrado).

MARCÍLIO, Maria. Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726- 1950. In: FREITAS; M. C. (Org.) **História social da infância no Brasil – 8ªed**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 53-79.

MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. **Aspectos da educação infantil no Estado do Amazonas: o curso infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897-1933)**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba, SP, 2014. (Tese de doutorado).

MONARCHA, Carlos. **Educação da infância brasileira (1875-1983)**. Campinas: Autores Associados, 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003. (Coleção: Educação é História 3).

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: O patronato agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. São Cristóvão, SE, NPGED, UFS, 2006. (Dissertação de Mestrado).

NUNES, Maria Thétis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: SEED/UFS, 1984.

PATRÍCIO, Solange. **Educando para o Trabalho: a Escola de Aprendizizes Artífices em Sergipe (1911 – 1930)**. São Cristóvão, SE, UFS, NPGED, 2003 (Dissertação de Mestrado).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ROSEMBERG, Fúlvia. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez e Fundação Carlos Chagas, 1992.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infantil em Mato Grosso (1910 – 1927)** – Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SANTANA, Josineide Siqueira de. **Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969)**. São Cristóvão, SE, Universidade Federal de Sergipe, UFS, NPGED, 2011. (Dissertação de Mestrado).

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. **Da medicina ao magistério: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior**. São Cristóvão: SE, Núcleo de Pós-Graduação em Educação, NPGED, Universidade Federal de Sergipe, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Rita de Cácia Santos, SILVEIRA, Jussara Maria Viana, COSTA, Kátia Regina Lopes. (Orgs) **Educação infantil, alfabetização e educação inclusiva** (org.). Aracaju SE. Criação, 2013. v 1. 346p.

SOUZA, Gisele. **A criança em perspectiva: o olhar do mundo sobre o tempo infância**. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, José Gerardo; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. (Orgs). **História da educação no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Edições UFC, (Coleção Diálogos intempestivos). 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes, (Org.) **A infância e sua educação** – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta, FIGUEIREDO, Luciano e GREIVE, Cynthia (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª. Ed., 2003.